



# REVISTA ESPERANÇA GARCIA

ISBN: 978-65-00-82363-9.

revista.esperanca.garcia@pcs.uespi.br

## O histórico da constituição da psicologia enquanto ciência e profissão: por uma psicologia crítica latino-americana para a américa latina

*THE HISTORY OF THE CONSTITUTION OF PSYCHOLOGY AS A SCIENCE AND PROFESSION: TOWARDS A LATIN AMERICAN CRITICAL PSYCHOLOGY FOR LATIN AMERICA*

Letícia Toshie Miyazaki de Sousa<sup>1</sup>  
Leonardo Sales Lima<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho objetivou, através de uma revisão bibliográfica, realizar um apanhado a respeito da constituição da Psicologia enquanto ciência e profissão, destacando sua postura hegemônica e importada, com saberes e teorias eurocêntricas e norte americanas. Dessa forma, a partir das Teorias Críticas, destaca-se a forma não adaptativa que essa Psicologia foi inserida no Brasil, voltada para uma pequena elite econômica e a negligência para os demais setores da população. Problemática essa que perdura aos dias atuais, com grades curriculares sem presença de literatura latino-americana e não-ocidental, pouco política e de acordo com a realidade social. Pauta-se, destarte, o resgate de uma crítica da Psicologia para o fortalecimento de uma Psicologia que aborde temas de nosso continente, para o nosso continente.

**Palavras-chave:** Psicologia Crítica; História da Psicologia, Psicologia Latino-americana.

### ABSTRACT

Through a bibliographical review, this paper aims to provide an overview of the constitution of Psychology as a science and profession, highlighting its hegemonic and imported stance, with Eurocentric and North American knowledge and theories. Thus, based on critical theories, the non-adaptive way in which psychology was introduced in Brazil is highlighted, with its focus on a small economic elite and its neglect of other sectors of the population. This problem persists to this day, with curricula lacking in Latin American and non-Western literature, lacking in politics and social reality. The aim is to rescue a critique of psychology in

---

<sup>1</sup> Graduada em psicologia, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), psi.miyazaki@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências e Saúde, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), leonardosales@ccs.uespi.br.

order to strengthen a psychology that addresses the issues of our continent, for our continent.

**Keywords:** Critical Psychology; History of Psychology, Latin American Psychology.

## 1. INTRODUÇÃO

É comumente dito que o reconhecimento da Psicologia enquanto ciência autônoma originou-se no final do século XIX, através da criação do Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade de Leipzig, em 1879, por Wilhelm Wundt (16 de agosto de 1832 - 31 de agosto de 1920) e a definição dos objetos, objetivos e métodos do estudo psicológico (Antunes, 2014).

No entanto, ela estava intrínseca em outras áreas do saber, principalmente o Médico, Filosófico e também no Direito. É também errôneo designá-lo enquanto o “pai” da ciência psicológica, uma vez que ele mesmo era contrário à ideia de separação entre Psicologia e Filosofia (Farfán, 2022).

Encontra-se nos Estados Unidos as bases do tripé da Psicologia Moderna enquanto profissão, derivada da articulação entre a tradição científica inglesa e o modelo científico dominante das ciências naturais, juntamente aos interesses capitalistas. Entretanto, a psicologia estadunidense se consolidou com uma carente conexão filosófica, ignorando as questões do mundo concreto, como as dimensões históricas, culturais e sociais, desaprovando as ações sociais e transformando a realidade sociocultural em estímulo (Farfán, 2022).

Na América do Sul, a preocupação com os fenômenos psicológicos sempre foi algo existente. Na história do Brasil (Bock, 2004; Antunes, 2014), desde seus tempos de colônia, esses foram considerados produtos de outras áreas do saber, como a Medicina, a Pedagogia, Política, Teologia e até mesmo a Arquitetura, numa busca de discutir e analisar formas de inferir sobre os fatos psíquicos. Foi a partir de obras nos mais diversos âmbitos da ciência, e, no século XIX, especialmente em produções de Medicina, que o pensamento psicológico avançou ao que hoje é reconhecido como ciência e profissão.

Antunes (2014) salienta que a preocupação com tais fenômenos de caráter psíquico era presente, principalmente, em autores de nacionalidade brasileira, mas também alguns



nascidos em Portugal, cuja formação católica e jesuíta os debruçaram sobre temas como os sentidos, processos psicológicos, aculturação, trabalho, diferenças raciais, controle político e epistemológico.

Tais categorias foram estudadas por autores, não numa perspectiva de curiosidade epistemológica, mas numa tentativa de compreensão dos fenômenos para julgá-los através de uma moral conservadora e combatê-los.

Como descreve Antunes (2014), em relação às emoções, as práticas eram voltadas ao controle ou cura delas, gerenciadas por sermões religiosos realizados por padres, freis ou outras figuras de hierarquia da Igreja Católica; quanto aos sentidos e sensações, estudavam sobre os fatores de natureza sexual, como fetiches e fantasias, ilusão de ótica, loucura e instintos; já no escopo da personalidade, debruçaram-se sobre a formação da mesma e o desenvolvimento infantil, manipulação comportamental e a influência que os pais representavam nesses processos.

Estudos sociais também foram realizados (Antunes, 2014), especialmente no que tange ao papel social das mulheres e os elementos psicológicos vindouros da gestação, puerpério e amamentação. Nesse sentido, havia um esforço em desbravar a sexualidade da mulher, relacionando-a com desvios e tendo como base a comparação racista e eugênica, tomando como ideal as funções atribuídas aos valores coloniais. Assim, a mulher indígena ou negra eram vistas como selvagens e a mulher colonizada era valorizada.

Ainda nesse sentido, quanto ao âmbito do trabalho, a visão psicológica, social e moral se baseava na condenação do ócio e relacionavam-no como o pecado da preguiça. O trabalho, então, era como uma forma de purificar as almas, vindo de uma perspectiva de que os preguiçosos eram os povos indígenas e o trabalho seria o instrumento de sua civilização (Antunes, 2014). O controle produtivo, bem como a adaptação ao ambiente laboral também eram questões altamente discutidas, tendo nomes como Padre Vieira argumentando que o clima brasileiro era propício para o ócio e ao pecado.

Todo esse discurso tinha como plano de fundo o fato de que a colonização do Brasil por Portugal tinha como sustento a expansão econômica européia, baseada na exploração. Quanto maior a mão-de-obra dos escravizados e maior a propagação da ideologia católica que condenava o ócio e visualizava o trabalho enquanto forma de expurgo pelo pecado de



serem de uma “raça inferior” e seguirem culturas demonizadas, maior era a subjetivação da moral colonizadora sobre nossa nação.

## **2. FORMAS DE CONTROLE DISCIPLINAR (FOUCAULT, 1979) E DE TRABALHO QUE VISUALIZAMOS NITIDAMENTE NA CONTEMPORANEIDADE.**

O Brasil, sendo apenas uma colônia de exploração, tinha como finalidade apenas o lucro. Por conta disso, não houveram preocupações referentes à colonização e à construção de uma sociedade (Antunes, 2014), exigindo de Portugal um aparato repressivo muito forte e um aparelho ideológico bem firme. Tarefa essa designada à Igreja, principalmente à Companhia de Jesus que teve influência mesmo após a independência.

Bock (2004), realizou um apanhado histórico sobre a profissão no Brasil desde a colonização de Portugal e em todo o seu estudo, conclui que a tradição da Psicologia foi e é marcada pelo compromisso para com os interesses da classe dominante, sendo uma ciência que reproduz ações de comando, diferenciação e categorização das pessoas, principalmente as minorias, como mulheres, crianças, negros e indígenas. Assim, reafirma-se o que Costa e Mendes (2021) ao declararem que “nem a América, nem a psicologia têm sido nossas, apesar de feitas por nós” (p.11).

Em relação à educação, após a migração da corte portuguesa para o Brasil em 1808, nasceram outras necessidades, as quais se enfatiza a formação de profissionais para o aparato repressivo do império e uma maior ênfase na educação da elite que ali residia (Alberti, 2004). Assim, formaram-se os primeiros cursos superiores no país, tendo como direcionamento epistemológico, ideologias liberais e positivistas, com marcas profundas do empirismo e do espiritualismo francês, o idealismo alemão, entre outros.

Alberti (2004) nos traz que, no quesito do pensamento psicológico nas áreas da saúde, especialmente a Medicina, esses eram produtos da Psiquiatria. E foi dentro dessa área que surgiu a cátedra direcionada aos assuntos psicológicos, esses dentro de temas das paixões, emoções, diagnóstico, histeria, ninfomania, sexualidade, entre outros.

Na Medicina Social, predominavam ações de caráter de limpeza étnica e aprisionamento de quaisquer sujeitos que desviasse à ordem e a moral estabelecida (Foucault, 1978; Alberti, 2004; Antunes, 2014), como os leprosos, mendigos, prostitutas e loucos.



**O histórico da constituição da psicologia [...]****Sousa, 2024**

A Medicina Social contribuiu para a criação dos primeiros hospícios e asilos higiênicos no país, com finalidade de disciplinar e normalizar a sociedade. Tais espaços eram fechados, extremamente vigilantes numa reprodução do Panóptico (Foucault, 1978/2011), distribuição e organização do tempo dos internos, individualização, isolamento, repressão e subjetivação.

Para Foucault (1997), no processo de subjetivação, existem três meios de sujeitar as pessoas. O primeiro diz respeito a colocação do ser humano enquanto objeto de estudo de uma investigação, através do discurso de estatuto da ciência; o segundo fala sobre submeter o sujeito às práticas que visam a divisão e fragmentação de quem ele é em relação à sociedade e, por último, refere-se à definição do ser humano enquanto a sua sexualidade.

Cunha (2022), denuncia que a produção dos hospícios, além de segregar e aprisionar as pessoas consideradas desviantes, também tinha o interesse de identificar formas singulares de doenças - ou o que era considerado doença naquela época - e, conseqüentemente, acreditavam que essas eram produtos da herança genética dos escravos e imigrantes. Consideravam que esses povos tinham o sangue degenerado, numa visão totalmente eugenista e fascista, interligando a loucura às categorias e às características raciais.

Um dos grandes autores que pregava essa visão eugenista era o Dr. Nina Rodrigues (Nina Rodrigues, 2008; Antunes, 2014), com sua teoria da degenerescência que influenciou toda uma geração de médicos que contribuíram para o desenvolvimento da Psicologia no país.

Numa sociedade cuja miscigenação foi gerada enquanto estupro de mulheres escravizadas e indígenas, relacionar loucura e doenças mentais aos padrões culturais desses povos colonizados dava legitimidade à exclusão desses indivíduos e setores sociais. Com esse histórico do saber psiquiátrico e psicológico, como não problematizar a negligência que essa mesma Psicologia ainda direciona a essas identidades não-brancas? A essas populações segregadas?

Alberti (2004) e Antunes (2014), ressaltam que as produções das ideias psicológicas no Brasil Colônia também refletiam as contradições daquela sociedade, dessa forma, é imprescindível compreender de que forma foi construída e se constitui histórico, social, político e culturalmente a Psicologia brasileira. Ela adentrou a América Latina enquanto dispositivo de introdução cultural norte-americano e europeu (Pavón-Cuellar, 2022), advindo dos interesses da burguesia dominante.



Além disso, Antunes (2014) resgata que a psicologia teve, no século XIX, o estopim fundamental para ela alcançar a autonomia, uma vez que houve a sintetização e aprofundamento de conhecimentos de fenômenos psicológicos, produzindo novas oportunidades e necessidades para serem respondidas. Juntamente à urbanização e o avanço do capitalismo, a sociedade lidava com mais demandas relacionadas à saúde e saneamento, trazendo o questionamento de quais ferramentas poderiam ser apropriadas para compreender melhor os problemas e intervir sobre eles.

A autora reflete que, com isso, ficou claro o carecimento do controle sobre a cultura e isso trouxe a problemática de que a ideologia burguesa colocava o indivíduo enquanto fundamento de uma sociedade baseada na propriedade privada. Assim, o individual transformava-se em necessário e era preciso uma sociedade baseada na divisão social do trabalho e na compreensão dos comportamentos individuais.

Trazendo um laço entre o fazer psicológico daquela época com a Psicologia após seu estatuto de ciência, percebe-se que não houveram muitas mudanças no que se refere ao caráter das ações realizadas nesses campos.

Por exemplo, quando a Psicologia enfim encontrou-se com o proletariado nas empresas, escolas e saúde, apresentou-se não mais em interesse da análise e compreensão dos indivíduos e sociedade (Lacerda Jr, 2010), mas como um serviço de controle, discriminação e higienização, objetivando nada além da produtividade e lucro, assim, colocando-se ao lado da elite, melhorando sua vida no processo de exploração dos mais pobres.

Essa ideia, partindo da principal ideologia do capitalismo, o liberalismo, onde individualiza as pessoas e universaliza suas subjetividades, tornando a concepção dos fenômenos psíquicos à parte da realidade social em que a pessoa está inserida e até mesmo distanciado dos próprios sujeitos, e é essa concepção que será amplamente difundida na Psicologia.

A psicologia não tem sido capaz de, ao falar do fenômeno psicológico, falar de vida, das condições econômicas, sociais e culturais nas quais se inserem os homens. A psicologia tem, ao contrário, contribuído significativamente para ocultar estas condições. Fala-se da mãe e do pai sem falar da família como instituição social marcada historicamente pela apropriação dos sujeitos; fala-se da sexualidade sem falar da tradição judaico-cristã de repressão à sexualidade; fala-se da identidade das mulheres sem se falar das características machistas de nossa cultura; fala-se do



corpo sem inseri-lo na cultura; fala-se de habilidade e aptidões de um sujeito sem se falar das suas reais possibilidades de acesso à cultura; fala-se do homem sem falar do trabalho; fala-se do psicólogo sem falar do cultural e do social. Na verdade, não se fala de nada. Faz-se ideologia! (Bock, 2004, p. 07-08).

Ao mesmo tempo em que a Psicologia tradicional e hegemônica toma ainda mais espaço nessa época de capitalismo tardio e a imensa propaganda neoliberal de individualização dos sujeitos, a psicologia latino-americana (Pessoa da Silva, 2013) se insere como uma alternativa que direciona o olhar para as estruturas sociais.

Não objetivando o controle ou a patologização desses corpos, mas a fim de compreender o processo histórico desses indivíduos e grupos, sua construção de identidade, subjetividade e a releitura de sua memória histórica, totalmente atravessados por ataques.

Através da aproximação com as classes populares, busca-se uma visão crítica da sociedade, repudiando o dito neutralismo que assombra as ciências já que nenhuma prática é realizada sem suas alianças com as forças que ditam as esferas políticas e econômicas (Andery, 1984). Como exposto por Costa e Mendes (2021), "fatia-se a realidade, como se ela assim se produzisse, e o pedaço que cabe à Psicologia é o da subjetividade, da mente, consciência, comportamento [...] em que prepondera sua dita essência individualista" (p. 04).

Esses discursos ditos neutros ameaçam a existência das camadas mais populares, trazendo para a Psicologia seu papel colonialista, criminalizando-as, individualizando seus sofrimentos, fragilizando movimentos sociais e enfatizando um histórico perverso, racista, preconceituoso, elitista e agressor.

Ignora-se, assim, todos os processos de apagamento da cultura, exploração, desemprego, péssimas condições de trabalho, pobreza, discriminação racial, de gênero e orientação sexual, sucateamento da educação, inacessibilidade ao ensino superior, exclusão social, pouco acesso à saúde e lazer, entre outras inúmeras violências institucionais.

Por isso, quando a Psicologia rompe essas barreiras com as camadas populares e vai de encontro com a comunidade, visa-se construir uma congregação com ela. Pois é nesse espaço de realidade social de entendimento, solidariedade e coesão entre pessoas a partir de seu seio vivencial e existencial que se pode trabalhar na tomada de consciência de uma



"identidade psicossocial de classes submissas e dominadas, como primeiro passo para uma superação dessa degradante situação de submissão." (Andery, 1984, p. 207).

O mesmo autor ainda propõe que esse profissional visualize suas possibilidades em prol da conscientização dessas pessoas no que tange o contato deles consigo mesmos, suas raízes, história e cultura que foram subjugados por séculos de ações de hegemonia e alienação pela classe dominante, assim articulando meios de resgatar suas identidades, resistir, reagir, crescer e libertar-se dessas amarras.

Aníbal Quijano (1992) referiu-se a isso como pretensão irracional, que é a atitude ocidental de tentar universalizar todas as crenças para os seus moldes, enquanto que Castro-Gomez (2005, apud Pavón-Cuellar, 2022) o nomeia de "hybris do ponto zero", a arrogância de crer em conhecimentos universais, válidos para todos, independentemente de suas divergências culturais, econômicas, raciais, políticas, entre outras.

A isso, visualizamos a Psicologia europeia e estadunidense que importa suas teorias e conceitos, julgando poder explicar, de forma universal, os fenômenos psicológicos através do mundo, sem recortes devidos. E, para isso, é necessária a apropriação de teorias críticas que englobam e compreendam esse contexto que, aqui, é visualizado como uma realidade latino-americana, com seu histórico de colonização, exploração, genocídios e outras dificuldades.

Todas essas questões estão interligadas, no contexto das universidades, aos impedimentos de quaisquer movimentações em direção a uma cooperação entre países da América Latina, por conta das relações de dependência econômica e colonizadoras dos países do Norte, consequenciando na internalização e submissão dos acadêmicos ao prostrar-se aos países hegemônicos e valorizar-se apenas quando estes os reconheçam.

Essa situação, como já enfatizada anteriormente, é ainda mais forte no âmbito do curso de Psicologia, uma vez que grande parte das teorias utilizadas é exportada e vinda do exterior. Pouquíssimo se fala sobre teorias latino-americanas ou autores latinos dentro das grades curriculares.

Lisboa e Barbosa (2009), em uma análise das grades curriculares do curso de Psicologia em todo o Brasil, constataram que, mesmo que a comunidade acadêmica defenda uma formação socialmente interessada na reflexão, na interdisciplinarização e com o compromisso social, o



que se vê na prática, é muito diferente, fazendo com que várias pessoas optem por uma pós-graduação.

Foi percebido, também, que as instituições de ensino superiores de Psicologia se estabelecem nas regiões mais ricas do país, como os grandes centros urbanos do Sudeste e Sul, mantendo "a lógica de uma educação superior voltada para o mercado, e não necessariamente para as necessidades da população: busca-se o lucro onde o capital se concentra" (Lisboa; Barbosa, 2009, p. 727). Paiva e Yamamoto (2010), em sua pesquisa a respeito da formação do psicólogo no Brasil, aponta que há a insistência de uma "pura e simples transposição de um modelo clínico" (p. 155) para questões que exigem dimensões mais amplas, focadas em conteúdos sociais e políticos.

Ao nos debruçarmos sobre a realidade do cenário latino-americano, particularmente o brasileiro, questiona-se o papel da Psicologia em meio a tantos retrocessos e controvérsias. Euzébios Filho e Gradella Júnior (2020) nos propõem que, antes do profissional de psicologia se empenhar no processo de transformação social, é preciso ter consigo um entendimento teórico das muitas dimensões éticas e políticas que trespassam essa jornada.

### **3. A Teoria Crítica enquanto não-conformidade à Psicologia hegemônica: por uma Psicologia do povo, para o povo**

A Teoria Crítica tem em si uma significação bastante ampla ao se colocar como um contraponto à ordem vigente, ao modelo tradicional de ciência e sua neutralidade e à busca de uma sociedade pautada na liberdade e desprendida de desigualdades.

Ela surgiu da Escola de Frankfurt, a partir da década de 1920 e teve sua gênese teórica através de Max Horkheimer, que postulava uma diferença entre as teorias tradicionais, pautadas no pensamento filosófico cartesiano (Freitag, 1994) e as teorias críticas, que se, ao invés de se colocar de forma distanciada, neutra e à parte do seus objetos de estudo, conseguia compreender esse universo histórico de fenômenos, indivíduos e sociedades, jamais dissociando o sujeito do local e tempo onde está inserido.

Para Horkheimer (1937), a teoria crítica se coloca numa responsabilidade existencial ao visar a libertação da humanidade das repressões, ignorância e inconsciência, construindo uma sociedade pautada na autonomia das pessoas, dessa forma, sugerindo:



[...] uma relação orgânica entre sujeito e objeto: o sujeito do conhecimento é um sujeito histórico que se encontra inserido em um processo igualmente histórico que o condiciona e molda. Enquanto o teórico "crítico" sabe dessa sua condição, o teórico "tradicional", concebendo-se fora da dinâmica histórica e social, tem uma percepção distorcida de sua atividade científica e de sua função. (Freitag, 1994, p. 41-42).

Em síntese, Horkheimer (1937) manifesta que o teórico crítico se apropria de todos os significados do mundo concreto, considerando as relações políticas, sociais, culturais, econômicas, étnicas, raciais e entre outras como partes primordiais para compreender os sujeitos, não analisando-os como objetos retirados de sua própria existência e lidos através de perspectivas universais, generalistas e reducionistas.

Questionando a posição do mito da neutralidade científica, as teorias críticas intervêm e redirecionam o processo histórico, modificando a realidade e a sociedade em busca da emancipação das pessoas.

Nessa perspectiva, enfatiza-se a presença das Psicologias Críticas que buscam compreender também a uma competência singular, a relação entre a produção social e as condições materiais de vida em nível de sociedade (Holzkamp, 1985) inferindo num projeto em que haja algum tipo de transformação social, apresentando-se numa perspectiva anticapitalista (Parker, 2007).

Como necessidade de uma postura mais crítica, Costa e Mendes (2021), através de uma análise baseada no materialismo histórico-dialético, denunciam que, mesmo em momentos singulares e espaços críticos, quando a Psicologia tenta se afastar do domínio capitalista, suas bases ontológicas, práticas, éticas e políticas seguem se estruturando como a do capital.

Em adição, Pavón-Cuellar (2022), diz que a colonialidade tem sido tão inconsciente quanto determinante na história moderna da ciência psicológica, tornando a Psicologia:

[...] algo tão ocidental e moderno como o capitalismo, o qual é indissociável. Dessa forma, tal qual esse sistema opressor, as muitas teorias e práticas não são culturalmente neutras e nem universais, mas conseguiram movimentar-se num sentido de uma tentativa de padronização, graças à colonização e a imposição da cultura ocidental em todo o mundo, sempre às custas de outras culturas (p. 27, tradução nossa).



**O histórico da constituição da psicologia [...]****Sousa, 2024**

Esse fenômeno é destacado como miséria da Psicologia, termo originalmente utilizado por Ignacio Martín-Baró (1986/2011), ao se referir a essa psicologia cuja raízes estão profundamente afundadas num histórico de dependência colonial. Entendendo-a, assim, através de “[...] sua condição idealista, subjetivista atrelada ao modo de produção capitalista, ao ser produto deste em seu curso, e, mais especificamente, a sua subordinação ao capital” (Costa; Mendes, 2021, p. 03).

Nesse sentido, levanta-se a necessidade de criar-se bases epistemológicas para uma Psicologia que abarque a diversidade e a complexidade latino-americana, não apenas uma Psicologia que esteja inserida dentro da América Latina enquanto ciência, porém desvalorizando a precisão de debruçar-se sobre a diversidade identitária, continuando com o ciclo de transferir teorias e tentar adequá-las ao nosso contexto.

Calviño (2022), nessa direção, faz uma breve diferenciação entre o que é uma Psicologia Latino-Americana e uma Psicologia na América Latina. Para ele, a Psicologia na América Latina é, sobretudo, sobre a localização geográfica em que se faz a Psicologia, sendo nada mais que a reprodução das lógicas, instrumentos e narrativas produzidas no exterior, generalizando as subjetividades.

Já a Psicologia Latino-Americana estaria numa posição ativa diante das problemáticas do continente, delimitando a construção de um perfil, a identificação dos espaços conceituais e de ação, sendo autêntica, autóctona e emancipatória, com compromisso social. Dentro desse escopo, percebe-se que as demandas de cunho psicológico são frutos da miséria, do racismo, da misoginia, da LGBTfobia, da exclusão, injustiça, negligência, da carência dos serviços de saúde, do desemprego e todos os outros problemas estruturais característicos de uma sociedade capitalista (Calviño, 2022).

Como exemplo dentro de nosso país, mais precisamente na Região Nordeste, a Psicologia Comunitária no Estado do Ceará (Barbosa, 1999), foi gestada a partir de um desejo de ampliar a psicologia não apenas no âmbito das camadas médias e altas da sociedade, assim colocou-se a serviço das classes oprimidas e pois se enquanto diferencial em comparação às outras práticas de Psicologia Comunitária no restante do país.

De acordo com Barbosa (1999) essa é baseada numa noção de psiquismo a partir da materialidade do mundo. Utiliza-se do materialismo dialético enquanto corrente filosófica e



**O histórico da constituição da psicologia [...]****Sousa, 2024**

daí vem a noção de reflexo psíquico ponto de acordo com essa vertente a “matéria é toda realidade objetiva e que existe fora e independente da consciência” (p. 66). Essa psicologia tem como influência os autores soviéticos como Vygotsky (1896 - 1934), Luria (1902 - 1977), Leontiev (1903 - 1979) e Rubinstein (1889 - 1960).

Dessa forma, a Noção da Formação Social da Mente de Vygotsky (1978), a Teoria da Atividade de Leontiev (1972), a percepção e estudos sobre a identidade de Antônio Ciampa (2002), a vivência através de Dilthey (Amaral, 2004) e Merleau-Ponty (1999), formam o alicerce da práxis do psicólogo comunitário nesse estado em uma teoria de desenvolvimento psíquico chamadas de desenvolvimento sócio-histórico.

Ao falarmos sobre teorias que os psicólogos comunitários desenvolveram com o objetivo de utilizá-las como forma de representar melhor nossa realidade complexa, além da Psicologia Social Comunitária já profundamente abordada, fala-se a Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 1998). Dentro da Psicologia Comunitária latino-americana, Sarriera (2014) apresenta o Paradigma Ecológico e o Enfoque Ecológico-Sistêmico da Saúde.

O Paradigma Ecológico (Sarriera, 2014), com o termo "ecológico", diz respeito ao sentido metafórico com o cuidado com os arredores, incluindo as pessoas, a natureza e as comunidades, de forma a proporcionar uma qualidade de vida sustentável e solidária. Nele, evidencia-se a possibilidade de uma perspectiva globalizante da realidade, no que cabe uma análise mais próxima dos contextos psicossociais onde estão as comunidades e as pessoas. Sendo assim, ela está inserida em vários países da América Latina, como o Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

Como princípios, ele se orienta através da dinâmica de interação entre pessoa e ambiente, levando em consideração quatro âmbitos, sendo o primeiro a interdependência, oposta ao individualismo, em que se valoriza o sujeito protagonista e transformado, a desinstitucionalização dos doentes mentais, inclusão escolar, inserção de imigrantes, resolução de questões como a pobreza e a pouca saúde pública.

O segundo, que é a congruência e a adaptação, visa a propensão da busca de uma homeostase entre a dinâmica de desenvolvimento dos sujeitos, sistemas, oportunidades e dificuldades que surgem. Assim, utiliza-se a congruência e a adaptação diante do



desenvolvimento contínuo às pessoas e aos seus arredores, muda-se as condições do ecossistema.

O terceiro diz respeito à evolução e sucessão, trazendo a perspectiva de longo prazo e guia o foco das intervenções através da análise do contexto sócio histórico da comunidade, de forma a enxergarem as demandas e as necessidades por uma perspectiva integrada de tempo e direcionada para o futuro.

A quarta e última fala sobre a troca e desenvolvimento de recursos, caracterizado pelo intercâmbio de recursos; as pessoas e seus contextos trocam produtos através de relações, dinheiro, tecnologia, poder, conhecimentos, entre outros. Com isso, focaliza-se na significância da identificação, criação, obtenção e modificação de recursos em prol do fortalecimento da comunidade.

O Enfoque Ecológico-Sistêmico da Saúde (Saforcada, 2014) se debruça sobre a análise das questões voltadas ao processo de saúde-doença, levando em conta o sistema total de saúde, que se coloca em contraposição ao modelo biomédico-curativista, aplicando o enfoque ecossistêmico ao falar sobre a relação saúde-doença, considerando esse processo como algo multifacetado e complexo, levando em conta elementos psicológicos, ecológicos-ambientais, educacionais, culturais, sociais, econômicos, políticos, biológicos e genéticos.

Focaliza-se na urgência de Políticas Públicas específicas para a Atenção Primária, bem como nas implicações sociopolíticas e socioambientais do mundo. Destarte, ao contrapor ao modelo biomédico de um enfoque individual-restritivo, o paradigma social-expansivo postula-se como uma ação, sistematicamente transferindo conhecimentos e desenvolvendo novas habilidades, com o intuito de dar voz e participação ativa da comunidade, dando uma atenção igualitária aos manejos entre fatores econômicos, ambientais e aos desejos da comunidade (Saforcada, 2014).

Levando em consideração dessa necessidade de uma perspectiva crítica dentro da Psicologia, não somente resguardado ao âmbito Social Comunitário, elenca-se também a Biodança, a Clínica Ampliada e o crescente debate que sustenta abordagens voltadas à pautas raciais, como a Psicologia Indígena e a Psicologia Afrocentrada.

A Biodança, inicialmente, foi criada pelo chileno Rolando Toro (2007) em 1950. No Ceará, teve sua estreia com a criação da primeira Escola de Biodança na década de 80, mesma época em



que o movimento da Psicologia Comunitária criava raízes no estado, contando com a presença de Cezar Wagner de Lima Góis e Ruth Cavalcante (Pinho et al., (2009).

Nesse sentido, a integração e colaboração de teoria e metodologia dessas duas abordagens influenciaram uma a outra profundamente; a biodança, então, começou a simbolizar o pressuposto primordial e instrumental das práticas dos quais iam até os bairros periféricos, aos contextos rurais e favelas, buscando a construção de uma psicologia crítica e problematizadora.

Com a Biodança, Góis (1993) alvitrou que o fenômeno da identidade avançasse além de aspectos representativos, intelectivos e sócio-históricos, visualizada apenas como uma metamorfose de papéis, significados e a noção de si mesmo. Para ele, a identidade deveria ser entendida como uma base biológica, um desdobramento de um esquema fundamental e primordial de todos os seres vivos, de forma a se expressar originalmente.

Essa visão biocêntrica está pautada no sentir-se vivo e o tecer a vida (Góis, 1999), pois é dela que surge a percepção do si-mesmo, deste sentimento de vida, o qual é visto no encontro entre Psicologia e Biologia. Nas palavras do próprio autor, ao tomar a visão biocêntrica como referência, “podemos dizer que o sentir-se vivo implica no ato de tecer a nossa própria vida no cotidiano, estando "dentro e fora" do mundo-dentro, como corporeidade amorosa; e fora, como significação e sentido” (p.56).

A Clínica Ampliada é uma das diretrizes de ação e atuação dos profissionais de saúde, não só do psicólogo. Ela foi proposta pela Política Nacional de Humanização e qualifica a forma de se fazer saúde. Dessa forma (Brasil, 2010; Sundfeld, 2010), caracteriza-se pela articulação e o diálogo entre diferentes saberes para a melhor compreensão dos processos de saúde-doença, pautando-se na participação dos usuários como cidadãos ativos das elaboração de seu Projeto Terapêutico Singular (PTS) e as condutas em saúde.

Portanto, a clínica surge em aliança com a política, pois o "encontro ocorre entre os modos de subjetivação fabricados no coletivo, no plano social, em que o instituído e o novo são forças em movimento" (Sundfeld, 2010, p. 1084).

Em contraponto, as Psicologias Indígenas trazem uma ideia muito diferente da subjetividade que entendemos, enquanto conceito ocidental. O que se compreende como subjetividade, dentro da Psicologia, é um produto estadunidense e europeu, de caráter individualista e



patologizante, com a divisão do corpo-mente ou corpo-alma, derivada da divisão do trabalho manual-intelectual da sociedade de classes (Pavón-Cuellar, 2022).

Pavón-Cuellar (2022), ao debruçar-se sobre a representação da psique humana para os povos originários e ancestrais mesoamericanos, revela que, para eles, a subjetividade não podia ser objetivada. Ou seja, cada ser humano era visto de forma inteira e completa; a educação, dessa forma, incentiva o indivíduo a descobrir-se em sua subjetividade singular ao invés de discipliná-la, adaptando-os ao mundo.

Ela, dessa forma, é fluída, diversa, sempre se transformando, dotada de uma multiplicidade dissociada de tempo e espaço. Não há uma identidade imutável, idênticas entre si, como pode-se ver e até encorajado entre as pessoas da psicologia ocidental.

A psique não era algo interna, abstrata e intrínseca, mas externa e possível de ser compartilhada com os demais humanos e não-humanos, sem limitarem-se às prisões físicas do indivíduo; não era como a mente e o comportamento vistos pela psicologia europeia-estadunidense, tão individualista.

No seio das Psicologias Afrocentradas, Nogueira (2019), em conluio com os diversos autores já citados neste trabalho, afirma que os conhecimentos da Psicologia são uma herança greco-romana, dessa forma, traz uma reflexão crítica sobre esses fundamentos de nossa ciência, propondo o processo de descolonização e libertação da Psicologia, reconhecendo uma perspectiva afrocentrada.

Com isso, incita a reflexão sobre a importância de discernir as limitações imperialistas que a psicologia tradicional e hegemônica carrega, com seus saberes utilizados como instrumentos de opressão e dominação de outros povos. Juntamente à pontuação de que a colonização modificou e moldou a mente das pessoas brancas para a manutenção de uma relação inumana e desumana para com o Outro - aqui definidos enquanto indígenas e negros - causando desigualdade e injustiças sociais.

A autora realiza a análise da Psicologia no que diz respeito às relações étnico-raciais e da população afro-brasileira, demonstrando argumentos para uma psicologia africanizada, diálogos e possibilidades. Fazendo uso do diálogo de aspectos como a filosofia e a religião, a ideia de unidade e noção do tempo e morte, imortalidade e parentesco enquanto unidade



coletiva, Nogueira (2019) propõe uma nova visão que questiona o que é normal e patológico, a axiologia, os conceitos antes estudados pela ótica eurocêntrica e católica.

Percebe-se, com isso, que independente da vertente, todas se assimilam com a proposta de distanciar-se e quebrar o vínculo com teorias dependentes da Europa e dos Estados Unidos, visando a construção de uma Psicologia que abranja e abarque as necessidades do povo latino.

Com isso, questiona-se a identidade em cada uma delas, fomentando que esse fenômeno é intrínseco para o debate de uma Psicologia que vai de encontro com o povo. Embora a identidade seja uma unidade ontológica, com difícil conceituação, é nessa complexidade que se abre espaço para incluir e repensar as diversas formas que ela se apresenta num continente tão plural e diverso como o nosso.

#### **4. O papel da Psicologia e do psicólogo social comunitário como ação transformadora e resistência às práticas individualistas**

Ao discutirmos a necessidade de haver discursos mais críticos tanto para olhar o passado da Psicologia, quanto para a possibilidade de construção de um futuro mais condizente com a população, não podemos deixar de considerar, para além disso, o papel que esses profissionais têm de realizar nesse campo tão vasto.

Remetendo ao papel do psicólogo apresentado por Montero (2002) e Sawaia (2002) esse profissional deixa de ser somente um educador social com um fundamento assistencialista e/ou filantrópico ou até mesmo como ferramentas de mudança dos indivíduos para manter a ordem social vigente. Assim, ele assume a responsabilidade de ocupar lugares, tornar-se militantes e lutar por uma transformação social (Martín-Baró,1997).

E, para tal, é preciso ter a autoconsciência desses processos.

Em consonância, Andery (1984), ao falar sobre o papel dessa psicologia voltada para a comunidade, se aproxima bastante dessa visão materialista e transformadora. Apresentando-a, dessa forma, como uma preparação de conhecimentos e técnicas psicológicas com o objetivo de trazer melhoria na qualidade de vida dos grupos e pessoas que estão espalhados pelo mundo e que fazem parte de grandes cidades.



Cruz, Freitas e Amoretti (2014) apontam que a chegada do psicólogo na comunidade é permeada de inseguranças e desafios. Paulatinamente, esse profissional vai visualizar os potenciais dela, mesmo distantes do que ele conhece enquanto saberes técnicos-científicos e acadêmicos.

Simultaneamente, ele perceberá que os saberes populares ali presentes são tão ou mais capazes de fomentar um discurso e postura de diálogo para promover ações e estratégias. Dessa forma, usa-se as demandas e necessidades da população atendida como guia para orientar as práticas do psicólogo, tomando a participação ativa da população na construção de alternativas e ações.

Trata-se do desfazer da prática da psicologia voltada somente ao consultório e salas de experimentos, trazendo esse achego às pessoas onde elas vivem, sejam em cidades, bairros, contextos rurais ou periferias, organizando e criando diversas formas de expressão. Consequentemente, possibilitando que essa população tenha acesso à uma Psicologia não individualista e comprometida com a realidade concreta, difícil e permeada por violências institucionais.

Assim, como afirma Oberg (2018), a Psicologia Social Comunitária vai além do fazer do psicólogo na comunidade, pois sua colaboração auxilia na construção de um diálogo com as Políticas Públicas.

Barbosa (1999) exposta que a *práxis* do psicólogo comunitário tem como especificidade ao propor facilitar a construção da identidade humana como forma de expressar a vida social e comunitária aderir significado e sentido ao lugar e a comunidade ponto ele concorda que para a libertação humana é necessário a realização plena da humanidade em cada um. E isso deve e pode ser conduzido através da facilitação do diálogo entre as pessoas assim a contribuição da Psicologia Comunitária seria em rumo à sociedade humanizada e humanizante.

No II Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, realizado em 1988, Lane (1996) observou que houve um avanço de uma definição do que seja a atuação do psicólogo nas comunidades. Esse profissional traz para si a responsabilidade de desenvolver atividades em grupos, incentivando a consciência desses mesmos e torná-los aptos para exercer um alto

controle de situações de vidas através dessas atividades feitas e de cooperativas e de organização desses grupos.

Lane (1996) ainda traz que “[...] o resgate da subjetividade que implica na compreensão das representações do mundo em que vive até das emoções e afetos que definem a sua individualidade única” (p. 25). Adiciona, ainda, que o psicólogo, dentro da comunidade, trabalha primordialmente com a linguagem e as representações, grupos, emoções e afetos vindouros da subjetividade. Essas ferramentas auxiliam no exercício da conscientização, da atividade e da identidade dessas pessoas.

Ao trabalhar-se com a identidade e cientes da afirmação que a formação latino-americana promove uma dupla consciência histórica, entre a oposição da colonialidade do poder e da mestiçagem crítica (Gonçalves, 2016), a psicologia, nesse campo comunitário, pode proporcionar a produção de uma subversão e uma descolonização. Dessa forma, apresentando-se como contrária a lógica colonial ao recuperar a memória histórica dos povos, seus saberes e experiências múltiplas como forma de resistência à colonialidade do poder.

Martín-Baró (1997) salienta que, antes de questionar o que cada psicólogo fará, deve-se perguntar para onde ele vai, levado por sua bagagem, o *quefazer* psicológico. Ou seja, deve-se indagar qual é o efeito objetivo das ações da psicologia produzirá na sociedade. O autor traz um argumento que, embora seja a respeito da realidade da América Central de quatro décadas atrás, é assustador o quão contemporâneo e semelhante é ao que vemos no Brasil.

Esse é o movimento preocupante de que os psicólogos estão se debruçando majoritariamente aos setores mais ricos e que suas atividades se limitam a trabalhar com as raízes pessoais, ignorando os fatores sociais (Zúñiga, 1976), assim, focalizando-se em problemáticas individuais e subjetivas, em vez de olhar para a conjuntura política, social, econômica e cultural.

Oliveira, Campos e Costa (2022) abordam que a Psicologia, infelizmente, ainda se limita aos temas que “lhe cabem”, despossuído, dessa forma, meios de abordar sua crítica quando os tópicos lhe fogem da jurisdição. Tomando como exemplo o fenômeno da pobreza, as vertentes da Psicologia tendem a fazer a crítica do psicológico, das produções da

subjetividade, das mentalidades, às vezes fazendo discursos dissociados do social e da realidade.

Os autores supracitados denunciam a nossa falha, enquanto profissão, de cúmplices na manutenção do sistema, ao buscarmos culpados para os problemas estruturais. Ao abordarmos questões de ordem macro, percebe-se a conduta de darmos respostas cujas mudanças estão dentro do seio capitalista, como adaptação ao meio, não superação do mesmo.

É preciso dizer que tais mudanças são importantes, especialmente num ar tão rarefeito para o “humano”, mas não há possibilidade de avançarmos muito mais nessa linha de ação sem permanecermos como operadores(as) de estratégias de suavização de tensões sociais e não estratégias que rompam com a estrutura que gera a exploração e suas consequências. Acreditar que a política social é um fim e não um meio determina uma atuação sedativa por meio da palavra, aplicando conhecimentos para auxiliar pobres a encontrar a felicidade, se adaptando ao sistema **independentemente de quão pesada seja a mão invisível sobre suas cabeças.** (Oliveira, Campos e Costa, 2022, p. 166, grifo nosso).

Podemos analisar determinada postura por parte dos profissionais como produto do realismo capitalista, ideia apresentada por Mark Fisher (2020) que fala sobre a tendência das pessoas em não conseguir imaginar outro futuro que não seja o capitalista. Ou seja, verifica-se uma posição de desistência por parte do sujeito em se visualizar em outra realidade que não seja a qual se encontra, entendendo o sistema vigente como inquebrável, inabalável, insuperável e que o melhor a se fazer é desistir e se adequar.

Dessa forma, observamos cada vez mais a predisposição dos profissionais de Psicologia em ir em direção ao que o capitalismo lhe cobra, tanto no sentido de tentar lucrar com soluções “mágicas” para problemas estruturais, tanto como vítima desse mesmo sistema, que lhe obriga a trabalhar em dois ou mais espaços para assegurar o mínimo de qualidade de vida.

Rever essa problemática é constatar que não avançamos muito desde então. Atualmente, na era digital, visualizamos vários profissionais de saúde mental “vendendo” seus conteúdos de forma mastigada e totalmente desconectados com a realidade de maioria do povo brasileiro, trazendo discursos neoliberais, a-críticos e a-políticos, pregando uma dita neutralidade científica e até mesmo adotando posições de extrema-direita.



Nessa discussão, colidimos com uma contradição. Como um profissional de Psicologia, que sequer lhe é garantido um piso salarial, cuja força de trabalho é explorada por planos de saúde que lhe cobram números absurdos de atendimentos em troca de pouquíssima remuneração, ou tanto estuda para conseguir um emprego mais seguro através de um concurso público, pode encontrar possibilidades de uma formação crítica? Como esse ser, que é ao mesmo tempo vítima e ferramenta de emancipação, pode se posicionar?

É dentro desse âmbito que se faz ainda mais importante a autoconscientização de nossa classe profissional. O processo de busca por uma Psicologia do povo, para o povo, também se refere às mãos que carregam essa profissão tão importante.

Como afirma Gonçalves (2016), é formalizando a produção de um sentido histórico descolonizado e a desconstrução histórica de padrões que colonizam e dominam nossos povos nas mais diversas dimensões da realidade concreta que encontramos um meio de superação dessa situação.

É imprescindível, diria Oliveira, Campos e Costa (2022) que a psicologia pare de olhar apenas para dentro de si, para se enxergar por fora, de se encarar na superfície do espelho da realidade capitalista. Dessa maneira, para Martín-Baró (1997), a conscientização se tornou a base primordial do quefazer psicológico. A conscientização, nesse sentido, é concebida por Freire (1979) como um teste de realidade, em que quanto maior for a conscientização, mais se desvela a realidade.

É um compromisso e também consciência histórica, pois se insere crítica na história, possibilita que os sujeitos assumam o papel de produtos e produtores do mundo. Sendo assim, é o processo de transformação tanto em esfera pessoal quanto social que os povos oprimidos - latino-americanos - vivenciam ao se alfabetizarem em dialética com o mundo (Martín-Baró, 1997).

O autor portoriquenho adiciona que, para ser um bom psicólogo num cenário revolucionário, ou seja, de transformação social, esse profissional não poderá se sustentar em estruturas de poder, como o status, os vínculos com os patrões. Destarte, deverá se apoiar na profundidade do conhecimento que obtém, na capacidade de agir perante às exigências e problemáticas sociais. Tais atitudes serão constituídas através do entendimento do povo e suas instituições representativas.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazendo as tarefas principais da Psicologia da Libertação enquanto norte para a atuação do psicólogo nesses territórios (Martín-Baró, 1986) e após a extensa discussão acerca do papel do psicólogo, consideramos que, ao profissional, cabem algumas responsabilidades.

Entre elas, destacam-se: a recuperação da sua memória histórica, a superação do presentismo fatalista em prol de visualizar formas de ultrapassar os obstáculos através do análise histórica de luta e potencialidades desses sujeitos oprimidos e explorados; a desideologização da experiência do cotidiano, no que se refere a postura crítica da realidade dominada pelas ideologias burguesas e o fortalecimento das virtudes da população, que foram responsáveis por sua sobrevivência, apesar de todo esse contexto dificultoso (Costa; Mendes, 2021).

Paiva e Yamamoto (2010) ao referirem-se sobre a crise de identidade do psicólogo social, expõe que esta foi causada também por conta da formação precária nas universidades, produzindo poucos trabalhos a respeito de intervenções psicossociais, embora o montante de profissionais nessa área seja amplo. Como justificativa para essa escassez, os próprios psicólogos denunciaram que sua formação é dissociada da prática social, há uma supervalorização das áreas clássicas, como a clínica e a organizacional, não há preparo suficiente para enfrentamento e compreensão de questões de cerne socioeconômicas, culturais e históricas.

Há poucos trabalhos interdisciplinares e ignoram-se demandas específicas das populações mais vulneráveis; bem como apontam para a existência de pouca discussão a respeito de Políticas Públicas. Apesar de sua pesquisa ter tomado forma há mais de uma década, percebem-se pesquisas mais recentes que, infelizmente, apontam para as mesmas conclusões.

Portanto, embora exista a Psicologia Crítica, como explicita Pavón-Cuéllar (2022), o exercício da decolonialidade e da pós-colonialidade, infelizmente, ainda se mantêm dentro dos muros acadêmicos. Para superar essa insistente situação em que nossa ciência se coloca, num sistema capitalista, burguês e excludente, que afasta as maiorias populares do que é produzido pelas instituições educacionais do seu país, é necessária uma "prática de luta



conectada com os movimentos sociais, prática política que não deixa de ser teórica, prática de luta anticolonial que deve ser, também, poscolonial e decolonial" (p.43).

Enquanto sugestões teóricas e práticas para a compreensão do processo de identificação latino-americana, o entendimento de nossas comunidades e para o exercício de uma Psicologia Crítica, finalizamos esse trabalho ressaltando as palavras Calviño (2022) ao afirmar que uma Psicologia Latino-Americana deve ter como objetivo principal a libertação dos povos latinos-americanos, de toda a alienação, para a compreensão de caminhos de reencontros com suas próprias e autênticas identidades, por mais diversas que sejam, possibilitando que esse processo seja coletivo e não individualista; visando o bem-estar social, a felicidade de todos e a eliminação da miséria.

Destarte, essa Psicologia se coloca enquanto revolucionária, pois não existe por si só e à parte do mundo concreto. Pelo contrário, está de mãos dadas para com as Políticas Públicas, com práticas conscientizadoras que visem a superação desse modelo de vida baseado em exploração do homem pelo homem, pois, se somos nós, ferramentas do cuidado da saúde mental e da segurança dos Direitos Humanos, precisamos, acima de tudo, lutar para cortar pela raiz todos aqueles que os agridem.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Sonia. **História da psicologia no Brasil-origens nacionais**. Rio de Janeiro: Mnemosine, 2004.

AMARAL, M. N. de C. P. Dilthey: conceito de vivência e os limites da compreensão nas ciências do espírito. TRANS/Form/AÇÃO: **Revista de Filosofia da Unesp**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 51–73, 2004. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/878>. Acesso em: 9 dez. 2023.

ANDERY, Alberto Abib. Psicologia na comunidade. In: LANE, Silvia T.M.; CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia Social: O homem em movimento**, São Paulo, Brasiliense, 1984.

ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5. ed. São Paulo: EDUC, 2014.

\_\_\_\_\_. A psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2012, v. 32, n. spe, pp. 44-65. Disponível em:



<<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>>. Acessado em 15 de novembro de 2022.

CIAMPA, A. Políticas de identidade e identidades políticas. In: C. I. L. Dunker; PASSOS, M. C. **Uma psicologia que interroga: ensaios**. São Paulo: Edicon, 2002. p. 120 - 135.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da.; MENDES, Kíssila Teixeira. A miséria da psicologia brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1–17, 2021. Disponível em: <[http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/e4113](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e4113)>. Acesso em 09 de julho de 2022.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; AMORETTI, Juliana. Breve história e alguns desafios da Psicologia Social Comunitária. In: SARRIERA, Jorge Castellá; SAFORCADA, Enrique Teófilo. **Introdução à Psicologia Comunitária - Bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

CUNHA, M. C. O. **O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo**. 3. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2022.

BARBOSA, M. I. S. Psicologia comunitária do Ceará: sua especificidade e o lugar da sua práxis. In: BRANDÃO, I. R.; BONFIM, Z. A. C. **Os jardins da psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial**. Fortaleza: ABRAPSO, 1999.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <[https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/201\\_clinica\\_ampliada.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/201_clinica_ampliada.html)>. Acesso em 08 de maio de 2023.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la Psicologia atual. **Revista de la Unión Latinoamericana de Psicología**. Psicología para a América Latina, México, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 03 de julho de 2022.

CALVIÑO, Manuel. ¿Psicología en América Latina o Psicología Latinoamericana? In: MENDES, K. T.; COSTA, P. H. A. da. **¿Nuestra América, nuestra psicología? psicología, crítica(s), caminos possíveis**. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. p. 115-142.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio e GRADELLA JÚNIOR, Osvaldo. Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na psicologia brasileira. **Teoría y crítica de la psicología**, v. 14, p. 89–111, 2020. Tradução. Disponível em: <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/285/294>. Acesso em: 25 jun. 2022.

FARFÁN, Nicolás Armando Herrera. Vuelta de Tuerca, Golpe de Timón. Profundización del neoparadigma psicosocial latinoamericano. In: MENDES, K. T.; COSTA, P. H. A. da. **¿Nuestra América, nuestra psicología? psicología, crítica(s), caminos possíveis**. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. p. 54-80



FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade e verdade**. Curso no Collège de France (1980-1981). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

GÓIS, Cezar Wagner Lima. **Noções de psicologia comunitária**. Fortaleza: Edições UFC, 1993.

HOLZKAMP, Klaus. Los conceptos básicos de la Psicología Crítica. **Teoria y crítica de la psicología**, n. 8, 2016. p. 293-302. Disponível em: <<http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/171>>. Acesso em 25 de junho de 2022.

HORKHEIMER, M. Traditional and Critical theory . In: HORKHEIMER, M. **Critical theory: selected essays**. New York: Continuum, 1972b. p. 188 - 243. [Traditionelle und kritische Theorie, 1937.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (Orgs.). **Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 101-120.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, 1997, pp. 7-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>>. Acesso em 03 de julho de 2022.

LACERDA Jr., F. Notas sobre o desenvolvimento da psicologia social comunitária. In: LACERDA JR; GUZZO, R. S. L. **Psicologia e sociedade: Interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas: Alínea, 2010. (pp. 19-41).

LANE, Sílvia TM *et al.* **Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**, v. 11, p. 17-34, 1996. Disponível em: <[https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7580081/mod\\_resource/content/1/Aula%203%20-%20Lane%2C%20S.%20Hist%C3%B3rico%20e%20fundamentos%20da%20psicologia%20comunit%C3%A1ria%20no%20Brasil.pdf](https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7580081/mod_resource/content/1/Aula%203%20-%20Lane%2C%20S.%20Hist%C3%B3rico%20e%20fundamentos%20da%20psicologia%20comunit%C3%A1ria%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em 09 de dezembro de 2023.

LEONTIEV, A. N. **Atividade e Consciência**. Tradução do inglês: Marcelo José de Souza e Silva. 20p. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Publicado em russo na revista *Voprosy filosofii*, n. 12, p. 129-140 (1972) e em inglês no livro *Filosofia na URSS: Problemas do Materialismo-Dialético* (Moscou, 1977, p. 180-202).

LISBOA, F. S.; BARBOSA, A. J. G.. Formação em psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 718–737, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400006>>. Acesso em 09 de dezembro de 2023.



FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, 1997, pp. 7-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>>. Acesso em 03 de julho de 2022.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2004.

NINA RODRIGUES, R. **Mestiçagem, degenerescência e crime**. v. 4, p. 1151–1182, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/mxYFjnPKvMdtpvnr4q7v6kL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 de abril de 2023.

NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia: breve introdução à psicologia africana**. São Paulo: EdUFSCAR, 2019.

OBERG, Lurdes Perez. O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 709-728, 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v18n2/v18n2a18.pdf>>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, I. F. de.; CAMPOS, G. de A.; COSTA, V. C. A. **A Psicologia na América Latina, as expressões da questão social e os problemas da dependência**. In: MENDES, K. T.; COSTA, P. H. A. da. *¿Nuestra América, nuestra psicología?: psicología, crítica(s), caminhos possíveis*. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. pp. 145-173.

PARKER, I. **Revolution in Psychology: Alienation to Emancipation**. Londres: Pluto, 2007.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Colonialismo, subjetividad y psicología en América Latina: De lo originario a lo anticolonial pasando por lo poscolonial y lo decolonial. In: MENDES, Kissila Teixeira; ANTUNES, Pedro Henrique da Costa. *¿Nuestra América, nuestra psicología?: psicología, crítica(s) e caminhos possíveis*. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. pp. 23-51.

PAIVA, I. L. DE .; YAMAMOTO, O. H.. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 15, n. 2, p. 153–160, maio 2010.

PESSOA DA SILVA, Camilla Veras. Psicologia Latino-Americana: desafios e possibilidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 33, 2013. pp. 32-41. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/Tm46SRtz6SVcpM7TnYBwydp/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em 02 de julho de 2022.

PINHO, Ana Maria Melo de et al . Psicologia Comunitária e Biodança: contribuições da categoria vivência. **Aletheia**, Canoas , n. 30, p. 27-38, dez. 2009 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942009000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 07 maio 2023.



**O histórico da constituição da psicologia [...]****Sousa, 2024**

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: 2005.

SAFORCADA, E. Perspectiva ecológico-sistêmica da saúde. *In*: SARRIERA, J.C.; SAFORCADA, E. T. **Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas.** Porto Alegre: Sulina, 2014.

SARRIERA, J. C. O paradigma ecológico na psicologia comunitária: do contexto à complexidade. *In*: SARRIERA, J.C.; SAFORCADA, E. T. **Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas.** Porto Alegre: Sulina, 2014.

SUNDFELD, A. C.. Clínica ampliada na atenção básica e processos de subjetivação: relato de uma experiência. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, p. 1079–1097, dez. 2010.

TORO, Rolando. **Biodanza.** 1ª ed. Editorial Cuarto Propio: Chile, 2007.

ZÚÑIGA, R. B. La sociedad en experimentación y la reforma social radical. El papel del científico social en la experiencia de la Unidad Popular. *In*: MARTÍN-BARÓ, I. (Org.). **Problemas de psicología social en América Latina.** San Salvador: UCA, 1976.